

Reprodução/ Redes Sociais/ Gutinho

TERESOPOLITANAS

Geraldo Gonçalves/PMVR



Projeto quer incentivar o público 60+ a se movimentar

Mais movimento: SMEL lança grupo esportivo para 60+

A Prefeitura de Teresópolis, por meio da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer (SMEL), vai lançar um grupo esportivo adaptado voltado para pessoas com 60 anos ou mais. A iniciativa tem como objetivo promover saúde, lazer, qualidade de vida e socialização por meio da prática regular de

atividades físicas adaptadas às necessidades dessa faixa etária. As aulas serão realizadas todas as segundas-feiras, com duas turmas, uma das 15h30 às 16h30, e outra, das 15h30 às 16h30, no Ginásio Poliesportivo Pedro Jahara (Pedrão), e vão incluir diversas modalidades.

Inauguração

Para marcar o início do projeto, será realizado um aulão inaugural no dia 10 de novembro, com demonstrações das atividades e a presença de profissionais da Secretaria de Esporte e Lazer.

Meio ambiente I

Em reunião realizada na última quarta (30), o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (COMDEMA) aprovou por unanimidade o Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica.

Cultura

Casa de Cultura Adolpho Bloch recebe a Mostra Coletiva de Arte. Com trabalhos de 24 artistas da cidade, ela poderá ser visitada até o dia 21, de segunda a sexta, das 8h às 19h30, e no sábado, das 10h às 15h30.

Meio ambiente II

O PMMA representa um marco na gestão ambiental de Terê, integrando conservação ambiental, desenvolvimento social e crescimento econômico sustentável. O plano foi construído de forma colaborativa.

CORREIO SERRANO

Prefeitura/Três Rios

GAP 3

O prefeito Jonas Dico esteve na última sexta-feira (31), com o secretário de Obras, Ricardo Monteiro, e o engenheiro e fiscal da obra da Galeria de Águas Pluviais (GAP 3), Renato Perez, para alinhar o cronograma dos trabalhos, que seguem em ritmo acelerado. Durante o encontro, ficou definido que o governo municipal entregará todo o circuito da obra já pavimentado. A medida também visa preparar a cidade para o aumento do movimento.



Obra não causará prejuízos

Sem danos ao comércio

A Prefeitura de Três Rios destacou que o andamento da obra não causará prejuízos ao comércio nem ao fluxo de consumidores, assegurando que as intervenções serão conduzidas de forma planejada, preservando o dinamismo econômico.

Trem I

Três Rios deu mais um passo importante rumo ao fortalecimento do turismo regional. Na última semana, o município recebeu 13 vagões de passageiros, um vagão restaurante e três locomotivas, que integram o projeto do Trem Turístico Rio-Minas.

Projeto

O projeto, conduzido pela ONG Amigos do Trem, conta com recursos privados e apoio institucional das prefeituras envolvidas, entre elas Três Rios, que sedia parte fundamental das etapas de recuperação e logística.

Trem II

Os equipamentos chegaram ao pátio ferroviário e passarão por um amplo processo de restauração e modernização, incluindo pintura, reforma de estofo, revisão mecânica e adequação às normas técnicas da Agência Nacional de Transportes Terrestres.

Operação

A operação do trem promete atrair visitantes de diferentes regiões, movimentando o comércio, o setor de hospedagem, a gastronomia e os serviços em geral. — das cidades que integrarão o trajeto turístico. A atração é esperada com grande expectativas.



Vereadores justificaram que a representação não apresentava elementos suficientes

Câmara de Areal rejeita cassação de Gutinho

Apesar da decisão, legislativo avalia a abertura de uma CPI

Por Leandra Lima e Richard Stoltzenburg

Com suspeita de superfaturamento na compra de insumos para a pasta da educação, o mandato do Prefeito de Areal, Gutinho Bernardes (PP), não será mais cassado. A decisão veio da Câmara Municipal, que rejeitou, por unanimidade, o pedido de abertura de uma Comissão Processante contra o político. A pauta chegou à casa legislativa após uma denúncia de que Gutinho teria adquirido cerca de 400 computadores, em 2022, para a rede municipal de ensino, por preços acima do valor de mercado, o que gerou um sobrepreço de quase R\$ 544.838,44, ou seja, meio milhão de reais.

Na época, o caso também foi encaminhado ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), que abriu o inquérito civil nº 013/2023 para apurar os indícios de superfaturamento na aquisição de computadores

para professores e alunos da rede entre 2021 e 2022. Na análise, o órgão estadual considerou que houve uma certa discrepância no valor dos 404 eletrônicos pagos à empresa EstrelaMix Distribuidora LTDA.

Quase dois mil a mais

O Grupo de Apoio Técnico Especializado do MPRJ – GATE – consultou a tabela referencial de preços máximos do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro e, em item da categoria, verificou que o valor máximo de referência para o mês de março de 2022, para o centro fluminense, era de R\$ 3.741,39, enquanto o montante pago pela prefeitura municipal foi um pouco mais de R\$ 5 mil, o que sinalizou a diferença.

Com isso, o MPRJ identificou a divergência nos preços, ressaltando que o município adquiriu os itens por R\$ 1.348,61 a mais, gerando um superfaturamento de R\$ 544.838,44. Dian-

te do fato, questionados pelo órgão, o Executivo Municipal não apresentou uma justificativa plausível no que tange ao emprego das verbas.

Recomendações pós análise

Após as análises, o ministério direcionou algumas recomendações ao município. Uma delas é que o poder público implemente um procedimento de governança específico para processos de aquisição; que justifique de forma concreta a vantagem de preço; realize pesquisa de mercado previamente a todas as aquisições e contratações de serviços no âmbito da municipalidade, de forma ampla, incluindo a verificação de preços especificamente quanto a outras contratações do mesmo item/serviço pela Administração Pública; e faça revisão específica e exaustiva quanto aos preços praticados em todas as aquisições e contratações de

serviço no âmbito da municipalidade, a fim de evitar sobrepreço ou superfaturamento.

Cenário Atual

Até o presente momento, no qual a pauta chegou na Câmara e a decisão de não cassar o prefeito, os vereadores justificaram que a representação não apresentava elementos suficientes para embasar a investigação e que a abertura da comissão poderia gerar desgaste político sem respaldo técnico. Apesar da decisão, os parlamentares avaliam a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para obter esclarecimentos sobre o fato.

Agora, sobre o inquérito civil do Ministério Público do Estado, foi informado ao Correio que o documento foi analisado pelo Grupo de Apoio Técnico e, posteriormente, arquivado. Após isso, os autos foram remetidos ao Conselho Superior do MP para análise da decisão.

2ª Vara de Paraíba do Sul determina suspensão da CPI da Águas da Condessa

Divulgação

Por Redação

Uma decisão da 2ª Vara da Comarca de Paraíba do Sul determinou que a Câmara de Vereadores suspenda os atos e efeitos da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), da concessionária Águas da Condessa. A comissão foi instaurada em junho deste ano para apurar possíveis irregularidades na prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e saneamento básico no município. A Ação Anulatória foi movida pela Águas da Condessa, que ingressou com um pedido de tutela de urgência contra a Câmara de Vereadores de Paraíba do Sul. No pedido, acatado pelo judiciário, o juiz Luiz Fernando Ferreira de Souza Filho, atendeu a demandante destacando que “a CPI questionada não atende aos requisitos constitucionais exigidos e por isso, como quer a autora, deve ser suspensa”.

Ainda segundo a decisão da 2ª Vara, proferida no dia 29 de outubro, conforme o exposto pela concessionária, o relatório da CPI produzido pela Câmara dos Vereadores não responde com precisão, certeza ou clareza os descumprimentos contratuais e prejuízos à população causados pela autora. Além disso, a comissão não concedeu oportunidade de



A comissão foi instaurada em junho deste ano

ampla defesa à Águas da Condessa em relação às denúncias apresentadas.

Conflito de interesses

A decisão destacou ainda que, devido a participação do presidente da CPI em ações judiciais contra a concessionária investigada, inclusive após a instalação dos trabalhos da CPI em questão, demonstra-se conflito de interesses ou ainda desvio de finalidade a ser apurado.

Na decisão, a Câmara também fica impedida de divulgar o relatório final da CPI, em que os vereadores solicitam à

Prefeitura de Paraíba do Sul que encerre o contrato de prestação de serviços com a concessionária sob a alegação de caducidade, com a justificativa de que a empresa descumpriu metas, além de falhas na prestação dos serviços. O relatório final da CPI foi apresentado em audiência pública realizada em setembro pela Câmara dos Vereadores, sendo a leitura final feita pelo presidente da comissão, vereador Junior Cruz. A comissão teve como relator o vereador Wallace Canelinha e o vereador Nelson de Mello, como membro.

O que diz a Águas da Condessa

A concessionária Águas da Condessa reafirma que sempre atuou com total transparência e dentro das normas legais e contratuais que regem a concessão dos serviços de água e esgoto em Paraíba do Sul.

Esclarecimento do legislativo

A Câmara de Paraíba do Sul informou em nota “Oficialmente, a Câmara ainda não foi notificada e aguardará a chegada da medida tutelar para analisar os fatos e se manifestar com mais propriedade”.